



# ELEIÇÕES GERAIS 2019

BOLETIM SOBRE O PROCESSO POLÍTICO EM MOÇAMBIQUE

**Editor:** Joseph Hanlon | **Director:** Edson Cortez | **Chefe de redação:** Borges Nhamire  
**Repórteres:** Aldemiro Bande, Magda Mendonça, Sheila Nhancale

Número 27 - 23 de Maio de 2019

Publicado por CIP, Centro de Integridade Pública, Rua Fernão Melo e Castro, nº 124, Maputo, Moçambique.

[eleicoes@cipeleicoes.org](mailto:eleicoes@cipeleicoes.org) <https://cipeleicoes.org/>

Para subscrever a edição em português <http://eepurl.com/gnZXPze> e a versão em inglês [tinyurl.com/sub-moz](http://tinyurl.com/sub-moz)

**O material pode ser reproduzido livremente, mencionando a fonte.**

## Governo nega registo à agência de observação eleitoral da União Europeia e sinaliza ano difícil

O Governo indeferiu o pedido de acreditação da IDEA – Internacional, uma agência intergovernamental de Estados membros da União Europeia (EU) que apoia a democracia sustentável e actua como plataforma de base para a observação eleitoral da EU. A medida sem precedente pode sinalizar que o Governo não irá permitir a observação das eleições gerais deste ano pela sociedade civil independente.

Com a recusa de acreditação da IDEA Internacional, nega-se o reconhecimento da organização como pessoa jurídica legalmente estabelecida no país, não podendo por isso desempenhar nenhuma actividade em Moçambique. A decisão do Governo não tem precedente na história da democracia multipartidária moçambicana.

A IDEA já estava a instalar-se em moçambique, preparando-se para contratar colaboradores, arrendar escritórios e apoiar o trabalho de observação das eleições da EU e da sociedade civil. Com a recusa de registo pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, José Pacheco, significa que o trabalho da IDEA deve parar.

“Continuamos a fazer o nosso trabalho tanto através da IDEA como da missão de observação eleitoral da EU”, disse ao Boletim, Simão Maia, oficial de imprensa da EU em Moçambique.

### Ordem para bloquear observação eleitoral independente?

A observação eleitoral jogou um papel determinantes nas eleições autárquicas de 2018. Foi possível, através da contagem paralela de observação independente, provar que a Renamo ganhou em seis municípios onde os resultados foram alterados pelos órgãos eleitorais locais.

Este ano parece que a Frelimo quer bloquear, ou pelo menos, dificultar ao máximo o exercício da observação eleitoral. O bloqueio ao trabalho dos observadores começou na segunda volta da eleição autárquica em Marrumeu, no ano passado. Jornalistas agredidos e juntamente com observadores impedidos de assistir ao apuramento parcial de votos. Os resultados viriam a dar vitória à Frelimo, com sinais claros de enchimento de urnas a favor da lista do partido no poder.

Já este ano, as comissões provinciais de eleições têm criado diversas dificuldades para emitir credenciais para observadores da sociedade civil. A plataforma de observação eleitoral que congrega seis organizações da sociedade civil com pelos menos três observadores em cada distrito, queixasse de detenção dos seus observadores e de rejeição de emissão de credenciais para o trabalho dos observadores.

O EISA denunciou que em alguns locais, o STAE exige credenciais em folhas A4 e em outros exigem crachás.

O CIP, organização que publica este Boletim, igualmente enfrenta grandes dificuldades para credenciar seus correspondentes. Há 10 dias do fim do recenseamento, os correspondentes do CIP ainda não receberam credenciais nas províncias de Zambézia, Sofala e Cabo Delgado.

A Comissão Provincial de Eleições de Gaza só emitiu credenciais para os correspondentes do CIP

quando faltavam menos de 15 dias para o fim do recenseamento e mesmo com credenciais, algumas comissões distritais não permitem que os correspondentes do CIP se dirijam aos postos para acompanhar o processo.

“Nenhum observador deve se dirigir aos postos nem à Comissão Distrital de Eleições (CDE) antes de falar com o director do STAE”, disse um representante do STAE em Guijá, aos nossos correspondentes.

## Frelimo realiza recenseamento coercivo de funcionários públicos

O partido Frelimo está a obrigar funcionários públicos a recensearem-se em locais específicos e apresentar os respectivos cartões às estruturas partidárias. Os principais alvos são professores, que são obrigados a recensearem-se nas escolas onde leccionam, mesmo residindo em outros bairros.

*“Estamos a receber mensagens do partido para irmos ao partido com nossos cartões de eleitor e quando chegamos lá eles levam nossos números de cartão e põem aí e nos mandam assinar”*, este é o conteúdo de uma mensagem de áudio de uma professora que circula em redes sociais desde o início desta semana.

O Boletim fez a verificação dos factos e apurou que o registo de áudio é verdadeiro e é de uma professora afecta ao distrito de Milange, na Zambézia. A professora denuncia haver recolha compulsiva dos dados de cartões de eleitor dos professores pelo partido no poder.

Nossos correspondentes neste distrito confirmaram a denúncia e dizem que a situação é generalizada por todo o distrito.

Uma secretária de célula da Frelimo no bairro Eduardo Mondlane em Milange, de nome Isménia Ginove, confirmou o registo paralelo dos professores pelo partido Frelimo mas não disse a que se destina. “Levam os seus cartões para apresentar ao comité do partido Frelimo para retirar o número do cartão assim como o nome do funcionário”, disse.

Este tipo de prática não é nova! Em 2018, aquando das eleições autárquicas, todos os professores foram obrigados a recensearem-se no posto da EPC de Milange-sede. Após o registo, os professores deviam tirar uma foto do cartão de eleitor e enviar para o director da instituição através de WhatsApp.

A Frelimo está também a obrigar professores a recensearem-se pela segunda vez, nos casos em que estes já tenham se inscrito em outros postos não indicados pelas direcções das escolas.

“A pessoa quando recenseia duas vezes não há problema?... eu me recenseei em Quelimane e estão a obrigar-nos a recensear aqui em Namacata. [Por ordem da] direcção de Nicoadala, todos os professores estão a recensear em Namacata”, refere um professor.

Estando credenciados, os correspondentes dirigiram-se aos postos de recenseamento à revelia do STAE mas os brigadistas recusam-se a prestar qualquer declaração.

Mesma situação sucede nos distritos de Funhalouro e Mabote em Inhambane, os brigadistas recusam-se a prestar qualquer informação aos correspondentes do CIP, alegando que foram assim instruídos por ordens superiores.

No distrito de Nicoadala, na EPC de Licuar na vila sede, professores são obrigados a apresentar os seus cartões de eleitor no gabinete do director da escola. O mesmo repete-se na localidade de Namacata, na EPC Domela, reportam os nossos correspondentes.

Na vila sede do distrito de Inhassunge, professores afectos à Escola Secundária de Inhassunge receberam ordens da direcção daquela instituição para recensearem-se no posto instalado na Escola Eduardo Mondlane. A maioria dos professores em causa já se registou nas autarquias onde reside, reportam os nossos correspondentes.

A direcção da escola justifica que todos os professores devem possuir residência fixa perto do seu local de trabalho, daí a necessidade de se cumprir com esta orientação.

A dupla inscrição de professores que já se tenham anteriormente registado é do conhecimento do STAE local e dos brigadistas afectos àquele posto. Após o registo, os professores são instruídos a preencherem os seus dados numa lista que circula em nome do partido Frelimo. O STAE local recusou-se a dar informação aos nossos correspondentes.

Em Muxúngue, distrito de Chibabava, funcionários públicos do sector da Educação e membros da Unidade da Intervenção Rápida (UIR), estão a ser obrigados a apresentar os seus cartões de eleitor nos seus locais de trabalho, reportam os nossos correspondentes.

Ainda neste distrito, alunos das Escolas Primárias Completas 1 de Maio e Bispo Handerson, que tenham idade para votar, foram instruídos a recensearem-se e apresentarem os seus cartões de eleitor à direcção da escola alegadamente por ordens superiores.

O Boletim apurou que o actual secretário distrital do partido Frelimo em Chibabava, Mouzere Alberto, é igualmente director dos serviços distritais de educação, juventude e tecnologia.

## Reassentados sem recenseamento em Tete

Pelo menos 500 famílias reassentadas em Chimbondo, na cidade de Tete, ainda não foram abrangidas pelo recenseamento desde 15 de Abril, reportam os nossos correspondentes. Estas são famílias cujas casas desabaram com as cheias e inundações sobre o Rio Revubwé que assolaram a cidade a 8 de Março deste ano.

A Chefe de Comunicação e Imagem do STAE local, Maria Jacinta, disse ao Boletim que os reassentados podem fazer o registo nas Escolas Primárias de Nyafuta e Alberto Vaquina. Muitos dos cidadãos que se encontram no campo de reassentamento perderam a documentação aquando das cheias, o que torna ainda mais difícil os seus registos em postos distantes das suas residências.

Entretanto, o STAE distrital ainda não tomou nenhuma medida para recensear as famílias. Contactado pelo Boletim, o director do STAE provincial prometeu averiguar o caso ao qual considerou de estranho.

## Recenseamento compulsivo em Inhambane

O partido Frelimo em Morrumbene instruiu líderes comunitários a fazerem campanha porta à porta para exigirem cartões de eleitor aos cidadãos com idade eleitoral.

A medida surge na sequência da alegada baixa afluência de eleitores que se verifica um pouco por todos os postos a nível do distrito. Até o momento, o distrito inscreveu 60% da meta prevista pelo STAE, reportam os nossos correspondentes.

## Mau atendimento gera agitação na EPC de Ehiline, em Rapale

No distrito de Rapale cidadãos denunciam mau atendimento dos brigadistas afectos ao posto da Escola Primária Completa de Ehiline. Estes rejeitam inscrever eleitores que, não possuindo documentos, vem acompanhados de testemunhas e proferem palavras injuriosas aos cidadãos que se dirigem ao posto para recensearem-se pela primeira vez.

Alguns eleitores chegam a abandonar o local devido a hostilidade que se faz sentir no posto, reportam os nossos correspondentes.

Um dos nossos correspondentes ouviu na tarde de hoje (14h00), um dos eleitores que viveu, na primeira pessoa, a tensão que havia no posto.

“Cheguei a trocar palavras com um dos brigadistas, mas decidi ir para casa para evitar o pior”, disse.

Entretanto, a fonte denunciou, ainda, haver naquele posto alegada inscrição de pessoas que não obedecem a fila.

## Notícias de outros observadores:

### Renamo ameaça marcha popular para forçar prorrogação de recenseamento

A Renamo ameaçou organizar marcha popular para exigir a prorrogação do prazo do processo de recenseamento eleitoral na província de Nampula, dada fraca cobertura da inscrição aliada às avarias das máquinas.

“Nós queremos que todos sejam recenseados. E digo mais, desde já, nos próximos dias vamos começar a marchar na rua a exigir o recenseamento”, [disse](#) Fernando Lavieque, membro da Comissão Política da Renamo residente em Nampula, citado pelo jornal digital Ikweli, baseado em Nampula.

### Ilícitos eleitorais por detrás da grande afluência em Gaza

A província de Gaza está a liderar o registo de eleitores. A faltar ainda 11 dias para o fim da inscrição, superou as metas em 7% e pode continuar a crescer. Mas esta afluência é resultado, em parte, de prática de ilícitos eleitorais, segundo expôs a ADS – Associação Desenvolvimento e Sociedade, que integra a plataforma da sociedade civil de observação eleitoral.

A ADS [publicou evidências](#) que mostram que na província de Gaza está a recensear menores de idade e estrangeiros. A publicação inclui cópias de documentos, nomeadamente bilhetes de identidade dos menores cujas idades foram adulteradas para permitir sua inscrição. No caso de cidadãos estrangeiros, a ADS publicou cartões de eleitores

de alguns cidadãos registados em Chicualacuala e sustenta que são de nacionalidade Zimbabwiana.

## Exige-se auditoria independente ao recenseamento

Face as diversas irregularidades que são reportadas no recenseamento eleitoral, o EISA

[exige uma auditoria independente](#) para corrigir as falhas reportadas antes de prorrogar-se o processo.

“Gostaríamos de sublinhar que uma eventual prorrogação do prazo [do recenseamento], sem que os problemas há muito identificados sejam sanados, seria igual a mais um acto de manipulação do processo, dado o efeito inútil que terá”, refere o EISA na sua última newsletter sobre o recenseamento eleitoral.



Publicado por CIP, Centro de Integridade Pública, Rua Fernão Melo e Castro, nº 124, Maputo, Moçambique.

[eleicoes@cipeleicoes.org](mailto:eleicoes@cipeleicoes.org) <https://cipeleicoes.org/>

**COBERTURA DETALHADA DAS ELEIÇÕES GERAIS DE 2019** a ser mais uma vez feita pelo *Boletim sobre o Processo Político em Moçambique*, que tem vindo a cobrir todas as eleições multipartidárias em Moçambique desde 1994. Mais uma vez, teremos uma equipa de repórteres posicionados em todo o país, reportando os factos com acurácia e veracidade. O Boletim tem periodicidade mensal durante a preparação das eleições e será mais frequente e de base diária durante as eleições.

Para subscrever o boletim eleitoral em português <http://eepurl.com/gnZXPz> e a edição em Inglês [tinyurl.com/sub-moz](http://tinyurl.com/sub-moz).

As primeiras edições estão disponíveis em <https://cipeleicoes.org>

Boletins sobre as eleições autárquicas do ano passado estão em <http://bit.ly/EIAutar2018>

